

**“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO/RS, PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

---

**MARINO KREWER**, Prefeito Municipal de São  
Martinho, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de  
Vereadores aprovou e EU, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa  
do Município para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do  
Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta  
e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social,  
abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele  
vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

III - o Orçamento de Investimento das Empresas  
em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com  
direito a voto.

**CAPÍTULO II**  
**DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção I**  
**Da Estimativa da Receita**

**Art. 2º** - A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 26.076.938,00 (vinte e seis milhões, setenta e seis mil e novecentos e trinta e oito reais).

**Art. 3º** - A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS ORDINARIOS
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 25.801.352,00</b>
Receita Tributária	R\$ 1.682.970,43
Receita de Contribuições	R\$ 968.500,00
Receita Patrimonial	R\$ 1.307.921,50
Receita Agropecuária	R\$ 00,00
Receita Industrial	R\$ 00,00
Receita de Serviços	R\$ 107.296,37
Transferências Correntes	R\$ 21.535.319,20
Outras Receitas Correntes	R\$ 199.344,50
(-) Contas Redutoras	R\$ 3.254.436,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 2.896.658,00</b>
Operações de Crédito	R\$ 1.200.000,00
Transferências de Capital	R\$ 425.000,00
Alienação de Bens	R\$ 27.000,00
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00
Amortização de Empréstimos	R\$ 3.023,00

<b>RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 1.874.999,00</b>
<b>CONTAS REDUTORAS/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>R\$ 4.496.071,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 26.076.938,00</b>

Seção II  
**Da Fixação da Despesa**

**Art. 4º** - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em 26.076.938,00 (vinte e seis milhões, setenta e seis mil e novecentos e trinta e oito reais), sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 17.706.109,00 (dezessete milhões, setecentos e seis mil, cento e nove reais);

II -No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 7.054.161,00 (sete milhões, cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e um reais);

**Art. 5º** - A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	DESPESAS ORDINARIAS
<b>3. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 19.670.524,00</b>
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 12.366.628,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$ 46.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 7.257.896,00
<b>4. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 2.896.658,00</b>
4.1 – Investimentos	R\$ 2.831.658,00

4.2 - Inversões Financeiras	R\$ 00,00
4.3 – Amortização da Dívida	R\$ 65.000,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>R\$ 1.416.470,00</b>
<b>DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 2.093.286,00</b>
<b>TOTAL Geral</b>	<b>R\$ 26.076.938,00</b>

**Art. 6º** - Integram esta Lei, nos termos da Lei Municipal nº 3.015/2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2019, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

### **Seção III**

#### **Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares**

**Art. 7º** - Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial ou total de suas dotações;

b) incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;

c) excesso de arrecadação.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações

orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação parcial ou total de suas dotações.

**Art. 8º** - Os limites autorizados no artigo 7º não serão onerados quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As disposições dos incisos II e III não se aplicam ao Poder Legislativo.

### **CAPÍTULO III**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 9º** - A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019.

**Art. 10** - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário/financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

**Art. 11** - Obedecidas às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

**Art. 12** - O Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

**Art. 13** - Fica automaticamente atualizado, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos I e III do Art. 2º da Lei Nº 3.015/2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o

exercício financeiro de 2019, em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo, bem como as ações, metas, prioridades e objetos atividades alterados e/ou inclusos na LDO e LOA, necessários à adequação das peças orçamentárias por conta da reforma administrativa, já autorizado na LDO, Lei Municipal 3.015/2018, nos art. 4º e 6º da referida lei.

**Art. 14** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 15** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2018.**

---

Registe-se e publique-se:

**MARINO KREWER**  
Prefeito Municipal

**DIOGO SAMUEL RITTER**  
Secretário Municipal de Administração